

Elenice dos Reis Santos

**INCLUSÃO SÓCIOPROFISSIONAL DE MULHERES EM SITUAÇÃO
DE VULNERABILIDADE SOCIAL
VARIÁVEIS PARA ACOMPANHAMENTO**

**Brasília – DF
Junho/2018**

**INCLUSÃO SÓCIOPROFISSIONAL DE MULHERES EM SITUAÇÃO
DE VULNERABILIDADE SOCIAL: VARIÁVEIS PARA
ACOMPANHAMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como parte dos requisitos
para obtenção do grau de Especialista em
Planejamento e Estratégias de
Desenvolvimento.

Aluno: Elenice dos Reis Santos

Orientador(a): Prof(a). Dr.^a Luciana de
Barros Jaccoud

INCLUSÃO SÓCIOPROFISSIONAL DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: VARIÁVEIS PARA ACOMPANHAMENTO

Autora: Elenice dos Reis Santos / IFMT

Palavras-chave: Mulheres Mil, Acompanhamento / Monitoramento, Variáveis

Resumo:

O objetivo deste trabalho é identificar variáveis a serem consideradas no instrumento para acompanhamento sistemático e formação de banco de dados a fim de gerar indicadores referente ao trabalho extensionista de inclusão socioprofissional de mulheres em vulnerabilidade social no IFMT frente a necessidade de desenvolvimento socioeconômico local e regional, analisando a experiência do IFMT campus Alta Floresta com o PNMM, com o curso Cuidador de Idosos ofertado em 2014.

O comportamento dos dados demonstra que as variáveis mais indicadas para acompanhamento / monitoramento de tais atividades são de escolaridade, de geração de renda e de território, entretanto, seu uso não deve se restringir apenas ao acompanhamento / monitoramento do programa mas também na promoção do acesso. Considerando o conceito de gênero de Kuchermann, Bandeira e Almeida (2015), pode-se afirmar que o programa cumpriu o seu objetivo de atender às mulheres, entretanto, as mulheres atendidas não se enquadravam no conceito de vulnerabilidade social de Kaztman (1999), a maioria das mulheres atendidas são servidoras municipais com ensino médio completo, ou seja, a escolaridade e a renda delas estão fora dos critérios considerados de pobreza e vulnerabilidade. E ainda pode-se afirmar que não foram utilizados critérios territoriais de Milton Santos (2002), a maior parte das mulheres moram em locais onde não há Centro de Referência em Assistência Social – CRAS, política pública localizada em regiões de vulnerabilidade social.

Introdução

Este artigo foi organizado de forma a apresentar de forma geral na introdução o Programa Nacional Mulheres Mil – PNMM, o Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito – GMSAPE que é a base das atividades do programa, aprofundar em tais temas na sessão ‘Contextualizando o Tema’, apresentar os autores que são a base analítica desta pesquisa em ‘Referencial Analítico’, expor as atividades realizadas para a coletar os dados e chegar nos resultados aqui apresentados em ‘Metodologia’, apresentar análises e reflexões quanto aos resultados obtidos em ‘Análise dos Resultados da Pesquisa’ e emitir considerações finais desta pesquisa, que não impede a continuidade e realização de outras pesquisas a respeito, em ‘Conclusão’.

A Inclusão Socioprofissional de Mulheres em Vulnerabilidade Social é alvo de política pública no Brasil desde 2007, por meio de uma parceria entre a *Association of Community Colleges of Canada – ACCC*, ou seja, Associação de Escolas e Institutos Técnicos Comunitários do Canadá – ACCC e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – SETEC/MEC, via Institutos Federais – IFs, denominados de Centros Federais de Educação Técnica – CEFETs à época, na região nordeste e norte do país, que iniciaram as atividades do então projeto-piloto Mulheres Mil¹. Em 2011, por meio de portaria ministerial, o projeto-piloto se transforma em Programa Nacional Mulheres Mil – PNMM, sendo implantado, nos Institutos Federais de todas as regiões do Brasil, com a meta de atender 100.000 (cem mil) mulheres até 2014, mas sem indicadores específicos para mensurar seus resultados ou relacionar o atendimento às mulheres a perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional, conforme prevê a legislação de criação dos Institutos Federais.

O PNMM foi concebido com metodologia específica construída democraticamente, com a participação de todos os IFs que realizaram as atividades do projeto-piloto Mulheres Mil, considerando as diversas necessidades do público-alvo desde a composição das turmas até o encerramento das atividades, no Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito – GMSAPE. Em diversos pontos deste Guia observam-se recomendações quanto ao acompanhamento e monitoramento das atividades, entretanto, não há um entendimento unificado quanto a:

como deve ser feito, quais variáveis devem ser monitoradas, com qual(is) instrumento(s), métodos de análise.

O Instituto Federal de Mato Grosso – IFMT é uma instituição integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – RFEPCT tendo como uma de suas finalidades e objetivos legais, constante no inciso IV, artigo 6º e inciso V, artigo 7º da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008²:

...orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; ...estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional (BRASIL², 2008)

Portanto, faz sentido a inclusão de mulheres em vulnerabilidade social, com foco no desenvolvimento local e regional, fazer parte das atividades institucionais do IFMT, havendo então um esforço institucional para atender esta demanda, via atividades de extensão, desde 2011, por meio da educação profissional, mas não há indicadores de resultado e efetividade das atividades realizadas.

Os resultados desta pesquisa podem implicar em modificação da rotina de trabalho dos extensionistas que atuam em ações que visam a inclusão socioprofissional de mulheres em vulnerabilidade social, introduzindo um ou mais instrumentos de coleta de dados, permitindo o acompanhamento permanente, além de uma parte das especificações e requisitos para a elaboração de sistema para análise destes dados que, por fim, podem gerar indicadores.

O objetivo deste trabalho é identificar variáveis a serem consideradas no instrumento para acompanhamento sistemático e formação de banco de dados a fim de gerar indicadores referente ao trabalho extensionista de inclusão socioprofissional de mulheres em vulnerabilidade social no IFMT frente a necessidade de desenvolvimento socioeconômico local e regional, analisando a experiência do IFMT campus Alta Floresta com o PNMM, com o curso Cuidador de Idosos ofertado em 2014. Também são objetivos deste trabalho identificar, considerando a metodologia do PNMM, se o programa foi implantado de forma adequada, verificar se a participação das mulheres

foi satisfatória, averiguar se o programa conseguiu alterar o posicionamento das mulheres atendidas no mundo do trabalho e identificar variáveis a serem consideradas em instrumento de acompanhamento, a fim de gerar indicadores para este tipo de trabalho, frente a necessidade de desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Contextualizando o Tema

O PNMM foi institucionalizado pela SETEC/MEC e implantado na RFEPCT “pela participação efetiva do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – FORPROEXT”³, conforme apresentação do FORPROEXT, vinculado ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF, na publicação “Extensão Tecnológica: Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia”³ e incluído nas atividades de extensão de grande parte dos IFs, inclusive do IFMT onde a pesquisa será realizada foi realizada, sendo também

...inserido no conjunto de prioridades das políticas públicas do Governo do Brasil, especialmente nos eixos promoção da equidade, igualdade entre sexos, combate à violência contra mulher e acesso à educação. (SETEC/MEC⁴, 2007)

Legalmente, conforme art. 1º da Portaria 1015/2011⁴, o PNMM visa “...à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social.” Para a Setec/Mec⁵, o objetivo do PNMM é: “promover a inclusão social e econômica de mulheres em situação de vulnerabilidade, a fim de permitir a melhoria do seu potencial de mão de obra, bem como as suas vidas e de suas famílias.” O PNMM foi incorporado pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, em 2013, “por meio da iniciativa Bolsa Formação”⁶, atualmente, o PNMM deixou de ser ofertado via Pronatec e está em processo de institucionalização nas instituições da RFEPCT.

O PNMM teve 03 (três) fases distintas e conhecidas, pode-se dizer que está entrando em uma quarta fase:

- I. *Projeto-piloto*: Parceria Canadá-Brasil de 2007 a 2010¹;
- II. *Programa Nacional*: Formalizado por Portaria do MEC de 2011 a 2013⁴;

III. *Modalidade de Demanda da Bolsa Formação do Pronatec (Pronatec/Mulheres Mil)*⁶: Os IFs perdem quase todo o controle da aplicação da metodologia quanto ao acesso pois, na maioria dos casos, os CRAS's fizeram a seleção das mulheres sem a participação dos IFs, de 2013 a 2015;

IV. *Pós-pronatec/Institucionalização nos IFs*⁷: A Setec/MEC tem despendidos esforços no sentido de fazer com que os IFs insiram o Mulheres Mil em seus Planos de Desenvolvimento Institucional – PDI, alguns IFs lançam mão de programas próprios, análogos ao Mulheres Mil, a partir de 2016;

O IFMT implantou o programa, via gabinete do reitor em 2011, na fase II – Programa Nacional, entretanto não havia designação oficial, por portaria, de responsável pelas atividades. Em 2013, com o advento da inserção do PNMM como Modalidade de Demanda da Bolsa Formação do Pronatec, a Pró-reitoria de Extensão foi designada para proceder a gestão das atividades, bem como estudar e propor método de adaptação entre Mulheres Mil e Pronatec no âmbito do IFMT. A partir de então foram designados formalmente gestoras(es) locais em cada campus e uma gestora institucional vinculada a Pró-reitoria de Extensão.

O período de adaptação entre os programas coincidiu com o período de expansão da RFEPCT, expansão esta que incluiu a criação do IFMT campus Alta Floresta, cujas atividades iniciaram em 2014 e sua primeira turma foi Cuidador de Idosos ofertado via Pronatec Mulheres Mil. Como o campus estava começando suas atividades, haviam poucos servidores e o prédio definitivo não estava pronto, o que dificultou, mas não impediu, o processo de implantação.

O GMSAPE é organizado de forma a contemplar 03 (três) aspectos fundamentais de uma política pública educacional, principalmente se esta intervenção pública pretende ser inclusiva, são eles: acesso, permanência e êxito.

- *Acesso*: O método de acesso precisa ser diferenciado do tradicionalmente utilizados no IFMT, no momento é a aplicação de uma prova, de forma a possibilitar a entrada do público-alvo que, considerando critérios de vulnerabilidade social, em resumo são mulheres com baixa renda e baixa escolaridade, em casos extremos sem renda e analfabetas. As atividades

desse aspecto inclui: seleção por questionário próximo ao socioeconômico, entrevista, mapa da vida, acolhimento.

- *Permanência*: Este público também é caracterizado por terem dificuldade de permanecer em um curso até o seu encerramento, por diversos fatores que podem ser emocionais / comportamentais, financeiros, alimentares, familiares, entre outros. Por isso, serviços de promoção do acesso devem ser ofertados como: serviço social, psicologia, médico / enfermagem, orientação pedagógica, alimentação, brinquedoteca para os filhos pequenos, auxílio em dinheiro, passagem, entre outros.
- *Êxito*: De nada adianta promover o acesso a elas, investir recursos humanos, econômicos, financeiros e outros na permanência se não houver investimentos, tão intensos quanto nos dois primeiros aspectos, na promoção do êxito. Pelas atividades propostas pelo GMSAPE é possível aferir que o PNMM visa levar as mulheres atendidas a dois tipos de êxito⁸, pedagógico e profissional, onde:
 - a) *Êxito pedagógico*: conclusão do curso e elevação de escolaridade, ou seja, continuidade de seus estudos.
 - b) *Êxito profissional*: para além da empregabilidade, há estímulos a geração de renda por outras formas seja individual, via MEI ou coletivas, via associativismo, cooperativismo e economia solidária.

As instituições da RFEPCT foram constituídas, legalmente, com três pilares legais fundamentais: ensino, pesquisa aplicada e extensão, alinhados para o desenvolvimento local e regional. Apesar de caracterizar bem a vocação dos IFs, a legislação não trouxe uma definição precisa quanto ao que deve ser compreendido com o termo extensão, nesse sentido, o Conselho Nacional das Instituições da RFEPCT – CONIF, por meio do Fórum de Pró-reitores de Extensão ou Cargos Equivalentes das Instituições da RFEPCT, emitiu dois documentos norteadores quanto as políticas de extensão da/na RFEPCT, com conceito de extensão atualizado em 2015, a RFEPCT considera que:

A extensão é um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre

as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade. (CONIF, FORPROEXT⁹, 2015)

O IFMT executou o PNMM desde 2011, quando de projeto-piloto se tornou programa nacional, via campus Cáceres, Confresa e Cuiabá-Bela Vista, em 2012 entraram os campi Juína, Sorriso e São Vicente, em 2013, quando foi incorporado pelo Pronatec Brasil Sem Miséria, entraram Alta Floresta, Barra do Garças, Campo Novo do Parecis, Pontes e Lacerda, Primavera do Leste e Rondonópolis, até a última pactuação do IFMT em 2014, parando de pactuar principalmente por dois motivos: a pactuação do Pronatec passou a acontecer somente ao final do terceiro trimestre de cada ano e com a obrigatoriedade de iniciar e terminar as aulas bem como utilizar os recursos no mesmo ano, o outro motivo se refere a demora no envio de recursos orçamentários e financeiros que acarretou débitos da instituição com fornecedores de insumos, materiais didáticos e inclusive com colaboradores que atuavam como docentes dos cursos.

Referencial Analítico

O PNMM considera os conceitos de gênero, vulnerabilidade, indicadores e território aqui apresentados, não apenas em sua concepção como também no GMSAPE, diferenciada e promissora, construída pelos agentes públicos que coordenaram e realizaram as atividades do projeto-piloto em cada instituição da RFEPCT. Para o trabalho extensionista promover interação dialógica transformadora da sociedade é necessário compreender a realidade do público-alvo, quando tratamos de mulheres em vulnerabilidade social, estamos tratando de um recorte analítico de gênero, por vezes gerador de polêmicas devido ao termo gênero, que nesta pesquisa

...refere-se a relações culturais e de poder que, inicialmente, foram focadas entre homens e mulheres e que passaram a se estender a distintos grupos sociais. Refere-se também às relações sociais que estruturam toda cena social apresentada como uma expressiva metáfora das formas de subordinação, das disposições hierárquicas, das situações de dominação e sujeição, estando elas baseadas nas diferenças sexuais, étnicoraciais, regionais ou em qualquer outra. Afinal, “gênero” perpassa e funda originariamente toda a gama de estruturas, identidades sociais e subjetividades individuais. (KÜCHERMANN, BANDEIRA, ALMEIDA¹⁰, 2015)

O uso da palavra gênero buscou desconstruir a percepção, ideológica e naturalizada, de que às diferenças físicas e biológicas entre homens (pênis, saco escrotal e esperma) e mulheres (vagina, útero, seios) corresponde automaticamente as desigualdades de direitos e deveres entre eles. Significa dizer que determinadas características e qualidades tidas como naturalmente femininas (fraqueza, fragilidade, sensibilidade, emotividade, passividade, etc.) eram utilizadas para justificar uma condição de inferiorização, subordinação e submissão das mulheres. Ao contrário, essas características e qualidades não estão inscritas no corpo, na essência ou na identidade da mulher, mas eram produto de uma construção cultural, social e historicamente determinada.

A temática de gênero, que inclui o recorte de mulheres em vulnerabilidade social, passou por um longo processo antes de ser incluída nas políticas educacionais, sua inclusão inicial foi em 1997 via Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs como relata Vianna e Unbehaum¹¹ (2016): “...no que diz respeito ao gênero e à sexualidade essa temática ganha um tópico específico nos PCN denominado Orientação Sexual.”

Embora os documentos que alertam para a desigualdade de gênero, chamem de desigualdade entre os sexos, fica evidente a desvantagem das mulheres que tende a ser duplicada se for considerada pobre.

Embora os padrões de desigualdade entre os sexos varie muito de uma sociedade a outra, em quase todos os países a maioria das pessoas do sexo feminino encontra-se em desvantagem em termos de poder relativo e controle sobre os recursos materiais (na maioria dos países os direitos de propriedade são conferidos aos homens) e em geral enfrentam maior insegurança (por exemplo, após a morte do marido). Assim, as mulheres pobres estão em dupla desvantagem. Além do mais, a falta de autonomia das mulheres tem conseqüências muito negativas para a educação e saúde dos filhos. (BANCO MUNDIAL¹², 2002)

O Banco Mundial é uma das instituições que apontam a necessidade de desprender esforços para diminuir a desigualdade entre homens e mulheres, apesar do seu foco estar centrado na pobreza, dessa vez o conceito de pobreza se amplia, para o Banco Mundial¹² (2002), “...pobreza é mais que renda ou desenvolvimento humano inadequado; é também vulnerabilidade e falta de voz, poder e representação.”

E o que se entende por vulnerabilidade para que esta faça parte do conceito de pobreza adotado pelo banco mundial? A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe em uma de suas oficinas realizadas em Montevideo, no Uruguai, em 1999, via Kaztman¹³, conceituou da seguinte maneira:

Por vulnerabilidad social entendemos la incapacidad de una persona o de un hogar para aprovechar las oportunidades, disponibles en distintos ámbitos socioeconómicos, para mejorar su situación de bienestar o impedir su deterioro. Como el desaprovechamiento de oportunidades implica un debilitamiento del proceso de acumulación de activos, las situaciones de vulnerabilidad suelen desencadenar sinergias negativas que tienden a um agravamiento progressivo. (KAZTMAN¹³, 1999a)

Aproveitar ou não as oportunidades, referenciadas no conceito de vulnerabilidade, não depende apenas da vontade individual de cada pessoa, depende das estruturas de oportunidades entendidas como:

Las estructuras de oportunidades se definen como probabilidades de acceso a bienes, a servicios o al desempeño de actividades. Estas oportunidades inciden sobre el bienestar de los hogares, ya sea porque permiten o facilitan a los miembros del hogar el uso de sus propios recursos o porque les proveen recursos nuevos. (KAZTMAN¹⁴, 1999b)

Significa dizer que a falta ou dificuldade de acesso a bens e serviços pode gerar vulnerabilidade social. As situações de vulnerabilidade social, quando acumuladas, provocam sinergias negativas agravando progressivamente a deterioração do bem-estar.

Santos¹⁵ (2005) em sua obra 'Da totalidade ao lugar' aponta o conceito de território como fundamental para a compreensão da formação socioeconômica local pois o modo de produção depende da formação social local, sendo as formas espaciais uma linguagem dos modos de produção.

O território, hoje, pode ser formado por lugares contíguos (horizontalidades) e por lugares em rede (verticalidades). São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funções diferentes, quiçá divergentes ou opostas. Graças à ciência esse acontecer simultâneo cria, também, novas solidariedades entre pessoas e lugares. (SANTOS¹⁵, 2005)

Cada território controla alguns aspectos da sua evolução, entretanto a evolução das estruturas dominantes como população, emprego e investimentos não tem controle

local. Portanto, o território deve ser analisado com periodização da história do lugar, associando-a à história da totalidade.

Conforme Milton Santos¹⁵ (2005) afere-se que, pelo menos 02 (duas) condições são necessárias para a integração regional.

- a) Solidariedade orgânica em espaços contíguos por meio de funções homólogas, referindo-se a especialização da economia e regras locais, e funções complementares, referindo-se a inserção no mercado e regras locais;
- b) Contiguidade Organizacional envolvendo funções hierárquicas que por vezes seguem regras externas ao lugar.

Portanto, uma região, não pode surgir por imposição, ela precisa se formar na solidariedade orgânica, uma razão local.

Baseado nas análises de Milton Santos¹⁵ (2005), é possível obter diagnóstico do território e estabelecimento de regiões por indicadores inseridos nas densidades técnica, comunicacional e informacional.

- a) *Técnica*: mensurando a capacidade produtiva local, envolvendo infraestrutura; estabelecimentos industriais e agroindustriais; estabelecimentos agrícolas produtivos; estabelecimentos bancários e operadoras bancárias; consumo de energia, telefonia e internet.
- b) *Comunicacional*: mensurando o grau de solidariedade orgânica e interdependência gerada pelas situações reais, envolvendo existência de associações, cooperativas, clubes, sindicatos, etc (nº e grau de intervenção na sociedade local); símbolos predominantes no discurso local; capacidade de modificar e perturbar outras ações em curso no espaço local.
- c) *Informacional*: mensurando geração e difusão de decisões, envolvendo sede de estabelecimentos comerciais, industriais, bancários, agrícolas, de tecnologia e de projetos experimentais; sede de feiras regionais; sede de associações regionais, igrejas, etc; exportação de cérebros (políticos, gestores públicos, gestores privados, cientistas, etc).

Os esforços despendidos para quaisquer atividades, inclusive ou principalmente estatais que envolvem o investimento de recursos públicos, devem ser acompanhados e mensurados, com o advento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável –

ODSs¹⁶, em que o Brasil assumiu o compromisso de alcançar todas as metas propostas, as ações de inclusão socioprofissional de mulheres em vulnerabilidade social contribuirão para o alcance das metas referente a pelo menos os objetivos 1, 4, 5, 8, 10, vale destacar que os 17 (dezesete) objetivos são sociais, econômicos e ambientais.

Portanto, além da legislação de criação dos IFs, os ODSs trouxeram desafios quanto ao que é e como construir indicador social que permitam acompanhar o desenvolvimento social seja local ou nacional, considera-se:

Indicador social é uma medida, em geral, quantitativa, dotada de significado social substantivo, e é usado para aproximar, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas); ele aponta, aproxima, traduz em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas com base em escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente. Trata-se de um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou a respeito de mudanças que nela estão se processando. (JANNUZZI¹⁷, 2017)

Os indicadores, para acompanhamento e monitoramento de políticas e programas sociais, segundo Jannuzzi¹⁷ (2017) podem ser classificados por dimensões operacionais a saber: insumo, processo, produto, resultado e impacto.

- Indicadores de insumo: referindo-se aos recursos humano, financeiros, materiais e equipamentos;

- Indicadores de processo: que relacionam o investimento público em pessoal qualificado, aquisições de materiais e equipamentos, mensurados pelos indicadores de insumo, aos indicadores de resultado e de impacto que mensuram as melhorias efetivas do(s) problema(s) enfrentado(s) pela política ou programa social;

- Indicadores de produto: refere-se à quantificação dos benefícios, bens ou serviços entregues pela política ou programa social ao seu respectivo público-alvo;

- Indicadores de resultado: mensuram a eficácia pois relacionam indicadores de produto ao cumprimento das metas e objetivos relacionadas a determinada política ou programa social;

- Indicadores de impacto: mensuram os efeitos em decorrência da política ou programa social, mas não eram o foco desta, que podem ser positivos ou negativos, antecipados ou não.

Jannuzzi¹⁷ (2017) também explica as propriedades desejáveis de um indicador, ou grupo de indicadores, para que sejam aceitos, são elas: relevância social, validade de *constructo*, confiabilidade, cobertura adequada, sensível a mudanças significativas, especificidade, reprodutibilidade, comunicabilidade, atualizável periodicamente, custos factíveis (mensuração viável do ponto de vista financeiro), amplamente desagregável territorial e populacional e historicidade ou comparabilidade temporal.

Portanto, para que os indicadores atendam as denominadas propriedades desejáveis, principalmente quanto a confiabilidade, é necessário que as informações sejam de alta qualidade para formação de um banco de dados também de alta qualidade, portanto o(s) instrumento(s) de coleta de dados devem ser elaborados contemplando informações que exprimirão qualidade aos indicadores.

Metodologia

A pesquisa foi realizada com 18 (dezoito) das 34 (trinta e quatro) egressas da turma do curso Cuidador de Idosos do IFMT campus Alta Floresta, do ano 2014, bem como com 05 (cinco) dos 07 (sete) integrantes da equipe multidisciplinar devido à facilidade de acesso ao campus, bem como pelo pouco tempo para realização da pesquisa. A mobilização das egressas e de integrantes da equipe multidisciplinar foi feita pela autora junto com a assistente social do campus (gestora local do programa em 2014) e as entrevistas, coletando tanto os dados quantitativos quanto os dados qualitativos, foram feitas pela autora de abril a maio de 2018.

Instrumentos de coleta de dados, referente as questões sociais, tem maior propensão a refletir a realidade do público-alvo quando dialogam com a situação destes, portanto, os instrumentos para coleta de dados desta pesquisa buscam identificar a situação anterior e a situação posterior a intervenção pública.

Foi realizada pesquisa de campo por meio de entrevistas semiestruturadas com as egressas e com a equipe multidisciplinar, a partir de roteiro elaborado para este fim.

Na elaboração do roteiro foram selecionadas e aproveitadas perguntas de 02 (dois) questionários, elaborados e utilizados pelas gestoras institucionais do programa na região nordeste, em 2011, na fase II do PNMM (*Programa Nacional: Formalizado por Portaria do MEC de 2011 a 2013*⁴), sendo um para seleção das mulheres e outro para diagnóstico das mulheres matriculadas, em seguida foram elaboradas e inseridas questões especificamente sobre a metodologia. O roteiro foi organizado em 04 (quatro) grupos de dados sendo:

- a) Dados Pessoais e Familiares cujo objetivo é averiguar o perfil individual e familiar de cada mulher, explorando informações que colaboram na identificação de vulnerabilidade social como faixa etária, etnia / raça, violência doméstica, uso de entorpecentes e constituição familiar, perguntas aproveitadas dos dois questionários;
 - b) Dados Educacionais e Profissionais cujo objetivo é averiguar o desenvolvimento das mulheres desde o acesso ao curso até a data de resposta do questionário, identificando se houve elevação de escolaridade e continuidade dos estudos, perguntas aproveitadas dos dois questionários;
 - c) Dados Socioeconômicos cujo objetivo é averiguar o desenvolvimento profissional, econômico das mulheres, seu acesso a serviços essenciais bem como as políticas públicas, perguntas aproveitadas dos dois questionários;
 - d) Dados de Aplicação da Metodologia do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito cujo objetivo é averiguar se a metodologia do programa foi aplicada, como foi aplicada, a utilização dos serviços ofertados no programa e a intencionalidade das mulheres frente ao curso, perguntas elaboradas pela autora especificamente para esta pesquisa.
- ✓ *Entrevista com a equipe multidisciplinar:* Realizada no mesmo período das entrevistas das mulheres egressas, por meio de roteiro, aproveitando a parte dos dados pessoais tanto do questionário utilizado para a seleção das mulheres como o questionário utilizado para diagnosticar a situação das mulheres matriculadas, e ainda elaborando questões especificamente sobre a metodologia, organizado em 02 (dois) grupos de dados sendo:

- a) Dados Pessoais e Profissionais cujo objetivo é identificar o perfil da equipe multidisciplinar, inclusive a função que exercia no curso;
- b) Dados da Metodologia do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito cujo objetivo é analisar o processo de aplicação da metodologia, a participação de cada integrante nas atividades e motivos pelo qual houve ou não cumprimento da metodologia, perguntas elaboradas pela autora especificamente para esta pesquisa.

Os roteiros, contendo questões objetivas e subjetivas, foram transportados para o software formulários do Google, sendo um formulário para entrevistar as egressas e um formulário para entrevistar a equipe, as respostas foram inseridas nos formulários do Google durante as entrevistas, gerando banco de dados digital que, no caso das perguntas objetivas, já apresentaram alguns resultados já na própria ferramenta de coleta, outros resultados foram obtidos trabalhando os dados no LibreOffice Calc e no caso das perguntas subjetivas, foram submetidas a análises textuais no IramuTeQ.

Ao comparar as situações educacional, profissional e econômica das mulheres antes e após participação destas no curso foi possível identificar se as atividades do programa interferiram, de forma benéfica, na realidade das mulheres. As respostas das egressas e dos profissionais que compunham a equipe do projeto quanto a aplicação da Metodologia do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito (GMSAPE) mostraram duas visões do mesmo objeto de observação, que foram confrontadas, a luz do GMSAPE, sendo elucidativo quanto ao cumprimento da metodologia, externando explicações quanto as variáveis para acompanhamento / monitoramento e o uso de indicadores sociais.

Análise dos Resultados da Pesquisa

Tendo por base os dados da entrevista realizada com as egressas, foi possível elaborar a tabela 1, onde o perfil das egressas do curso Cuidador de Idosos de 2014, no IFMT campus Alta Floresta é apresentado.

Tabela 1: Perfil da Egressas que foram entrevistadas

Elenice dos Reis Santos

Perfil das Egressas		
1	Mulheres com idade entre 35 e 49 anos	77,8%
2	Pardas	83,3%
3	Casadas ou em União Estável	72,3%
4	Oriundas do sul do país	61,1%
5	Procedendo de zona urbana	88,9%
6	Cristãs	100%, sendo 66,7% católicas e 33,3% evangélicas
7	Tem 02 ou 03 filhos	55,6%
8	Moram com mais 03 ou até mais 05 pessoas	61,2%
9	Não possuem deficiência	88,9%
10	Não possuem doença crônica	77,8%
11	Não usam drogas	94,4%
12	Não tem familiares usando drogas	88,9%
13	Não sofreram violência	100,0%
14	Ninguém tentou impedir sua participação no curso	100,0%
15	Com o ensino médio completo ou incompleto em 2014	88,9%
16	Com ensino médio (completo ou incompleto) ou ensino superior (completo ou incompleto) em 2018	66,7% e 27,8% respectivamente
17	Não estavam estudando em 2014	83,3%
18	Estavam entre 06 e 24 anos sem estudar em 2014	77,7%
19	Não estavam estudando em 2018	66,7%
20	Fizeram outros cursos	61,1%
21	Pararam de estudar entre 15 e 24 anos	77,8%
22	Pararam de estudar devido a: necessidade de trabalhar, dificuldade de acesso à escola, filhos, casamento	88,9%
23	Trabalhava em 2014	83,3%
24	Trabalha em 2018	83,3%
25	Renda mensal FAMILIAR de 01 a 02 salários mínimos ou de 02 a 05 salários mínimos em 2014	50% e 27,8% respectivamente
26	Renda mensal PESSOAL de 01 a 02 salários mínimos, renda abaixo de 01 salário mínimo ou ausência de renda em 2014	61,1% e 39% respectivamente
27	Não recebiam benefício social do governo federal em 2014	88,9%
28	A pessoa que mais contribuía com a renda FAMILIAR no início do curso era o cônjuge / companheiro em 2014	61,1%
29	O que recebiam dava para pagar suas despesas em 2014	66,7%
30	Renda mensal FAMILIAR entre 02 e 05 salários mínimos ou de 01 a 02 salários mínimos em 2018	50% e 44,5% respectivamente
31	Renda mensal PESSOAL entre 01 e 02 salários mínimos, renda abaixo de 01 salário mínimo e renda entre 02 e 05 salários mínimos em 2018	61,1%, 16,8% e 16,7% respectivamente
32	Não recebe benefício social do governo federal em 2018	83,3%
33	A pessoa que mais contribui, em 2018, com a renda FAMILIAR atualmente é o cônjuge / companheiro	61,1%
34	O que recebe em 2018 dá para pagar suas despesas	61,1%
35	Mora em casa própria	88,9%
36	Moradia com esgoto	55,6%
37	Moradia com coleta de lixo	83,3%
38	Moradia com energia elétrica abastecida pela rede geral	100,0%
39	Moradia com energia elétrica	94,4%
40	Moradia com água encanada abastecida pela rede geral	66,7%
41	Moradia com água encanada	94,4%
42	Moradia possui banheiro	100,0%
43	Moradia com cinco ou mais cômodos	83,3%
44	Moradia em alvenaria ou madeira própria para construção	61,1% e 38,9% respectivamente
45	Tem motocicleta e telefone celular	94,4%
46	Tem máquina de lavar roupa e geladeira	88,9%
47	Tem TV e acesso a internet	83,3%
48	Tem computador	77,8%
49	Tem rádio	66,7%
50	Tem automóvel	61,1%
51	Tem acesso a unidade básica de saúde	100,0%
52	Tem acesso a escolas	100,0%
53	Tem associação de bairro	50,0%
54	Baixo acesso ao CRAS	27,8%
55	Principal meio de transporte é a Motocicleta	72,2%
56	Utilizam somente o SUS	94,4%
57	Profissão: Agente Comunitária de Saúde, servidora pública municipal	91,0%
58	Soube do curso por jornal/rádio/TV/cartaz/folheto	50,0%
59	Escolheu o curso porque: Para me preparar para o mercado de trabalho	33,3%
60	Escolheu o curso porque: Era o curso que queria	22,2%
61	Escolheu o curso porque: Já trabalho na área	22,2%
62	Escolheu o curso porque: Para Ter uma profissão	22,2%
63	Participou do Mapa da Vida	61,1%
64	Não fez portfólio	88,9%
65	O Mapa da Vida foi útil na sua vida Pessoal e Familiar	85,7%
66	O Mapa da Vida foi útil na sua vida Profissional	85,7%
67	O Mapa da Vida foi útil na sua vida Escolar	71,4%
68	O Portfólio foi útil na sua vida Profissional	100,0%
69	O Portfólio foi útil na sua vida Escolar	100,0%

Fonte: IFMT campus Alta Floresta, entrevistas com egressas

Ainda com base nas entrevistas com as egressas e com integrantes da equipe multidisciplinar, foi possível avaliar a utilização, pelas egressas, dos serviços de promoção da permanência, ofertados pelo campus. Estes serviços foram ofertados pelo IFMT campus Alta Floresta às discentes do curso Cuidador de Idosos, em 2014, a fim de evitar a evasão escolar.

Tabela 2: Serviços ofertados e serviços utilizados pelas egressas

	Serviços	Sabiam destes serviços	Serviços Utilizados
01	Uniforme	88,9%	88,9%
02	Assistente Social	83,3%	50%
03	Auxílio Estudantil (R\$), para alimentação e transporte	83,3%	83,3%
04	Material Didático	77,8%	72,2%
05	Psicólogo	72,2%	33,3%
06	Orientação quanto a empreendedorismo, cooperativismo e economia solidária	55,6%	33,3%
07	Médico-Odontológico ou de Enfermagem	38,9%	22,2%
08	Aconselhamento, assistência e orientação ao emprego	44,4%	44,4%

Fonte: IFMT campus Alta Floresta, entrevistas com egressas

Pelos dados numéricos, a luz do GMSAPE, é possível identificar que houve problemas no acesso, sucesso nas ações de permanência e poucos porém importantes resultados quanto ao êxito, são eles:

- a) Acesso: a maior parte das mulheres que acessaram o curso não tem CRAS em seus bairros, 27,8% conforme item 54 da tabela 1, a grande maioria era servidora municipal atuando como agentes comunitárias de saúde, 91% conforme item 57 da tabela 1, as demais trabalhavam no lar de idosos e a maioria das mulheres tinham o ensino médio incompleto ou completo quando começaram o curso, o Guia Pronatec de Cursos FIC em sua terceira¹⁸ edição (2013), manteve a exigência de ensino fundamental completo como pré-requisito, 88,9% conforme item 15 da tabela 01;
- b) Permanência: Todos os serviços para promoção da permanência estavam disponíveis às mulheres, ainda que nem todas tenham ciência ou utilizado tais serviços, conforme tabela 2;

c) Êxito: Quanto ao êxito pedagógico, não houve evasão, todas que começaram o curso foram até o final, após o término do curso muitas mulheres, mas não a maioria, continuaram seus estudos em nível superior 22,2% (subtraindo 88,9% que iniciaram o curso com ensino médio por 66,7% que atualmente possuem ensino médio), apesar de baixo esse quantitativo é significativo pois 77,7% delas estavam entre 06 e 24 anos sem estudar e ainda pararam de estudar quando tinham entre 15 e 24 anos, conforme itens 15, 16, 18 e 21 da tabela 1. Quanto ao êxito profissional, não houve alteração significativa no acesso a emprego ou no ganho salarial, conforme itens 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 33 e 34 da tabela 1, cabe destacar também que havia serviço de orientação tanto para empregabilidade quanto para criação de empreendimentos, entretanto, apesar do serviço de orientação quanto a criação de empreendimentos ser mais conhecido que o de empregabilidade (55,6% para o primeiro e 44,4% para o segundo), este último foi mais procurado que o primeiro, sendo 33,3% de procura para o primeiro e 44,4% de procura para o segundo, conforme itens 06 e 08 da tabela 2.

A despeito dos problemas identificados, constata-se que a aplicação da atividade Mapa da Vida foi feita com a maioria das mulheres (61,1%) e considerada útil para a vida pessoal e familiar (85,7%), para a vida profissional (85,7%) bem como para a vida escolar (71,4%) das egressas entrevistadas, conforme itens 63, 65, 66 e 67 da tabela 1. Apesar de a maioria não ter feito o portfólio (88,9%), quem fez considerou útil tanto para a vida profissional 100% quanto para a vida escolar 100% das egressas entrevistadas, conforme itens 64, 68 e 69 da tabela 1.

Como segunda etapa do estudo, foi realizada a interpretação das entrevistas semiestruturadas, tendo como instrumento o software de análise de dados textuais Iramuteq. Na análise textual das entrevistas com as egressas, o corpus geral foi constituído por 18 (dezoito) textos, separados em 71 segmentos de texto (ST). Emergiram 669 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos) sendo 279 palavras distintas e 172 palavras com uma única ocorrência. A categorização do conteúdo em classes não foi possível no Iramuteq, provavelmente pelas respostas serem muito diferentes, impossibilitando o processo de hierarquização descendente, pois o

aproveitamento mínimo requerido de segmentos de textos para esta análise que é de 70%.

Na análise de especificidades e fatorial confirmatória foi possível confirmar que os dados são bem diversos mas não impediu este tipo de análise, a figura 1 mostra as palavras mais usadas nas entrevistas organizadas por renda mensal pessoal hoje, fica evidente que as mulheres com renda mensal pessoal entre 01 (um) e 02 (dois) salários mínimos são as que atuam como agentes comunitárias de saúde pois foram elas que consideraram o curso um aperfeiçoamento do trabalho que elas já desenvolvem, as palavras em destaque são: “aprender”, “conhecimento” e “melhor”.

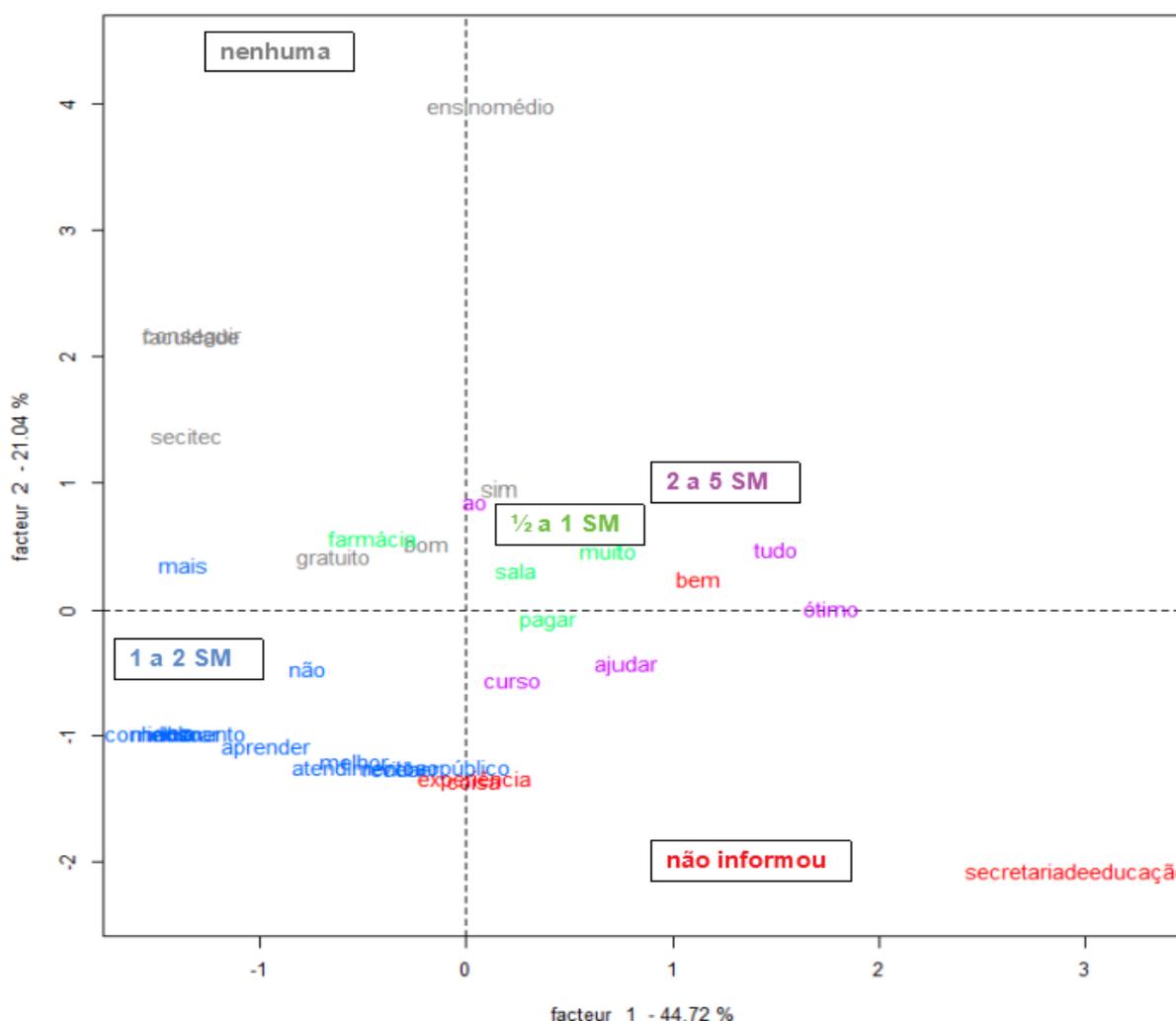


Figura 1: Plano Fatorial egressas por renda mensal pessoal hoje

Pela análise com base na teoria dos grafos (similitude) é possível identificar as ocorrências entre as palavras e as indicações da conexidade entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura do conteúdo de um corpus textual. A figura 2 mostra a árvore resultante da análise de similitude com destaque para o vocábulo “aprender” e ligado a este os vocábulos “conhecimento”, “melhorar”, “idoso” e “melhor” possibilitando inferir que boa parte das mulheres pretendiam aperfeiçoar o seu trabalho, e faz sentido considerando os dados numéricos da pesquisa que as que trabalhavam e trabalham ainda hoje, em sua maioria, são agentes comunitárias de saúde.

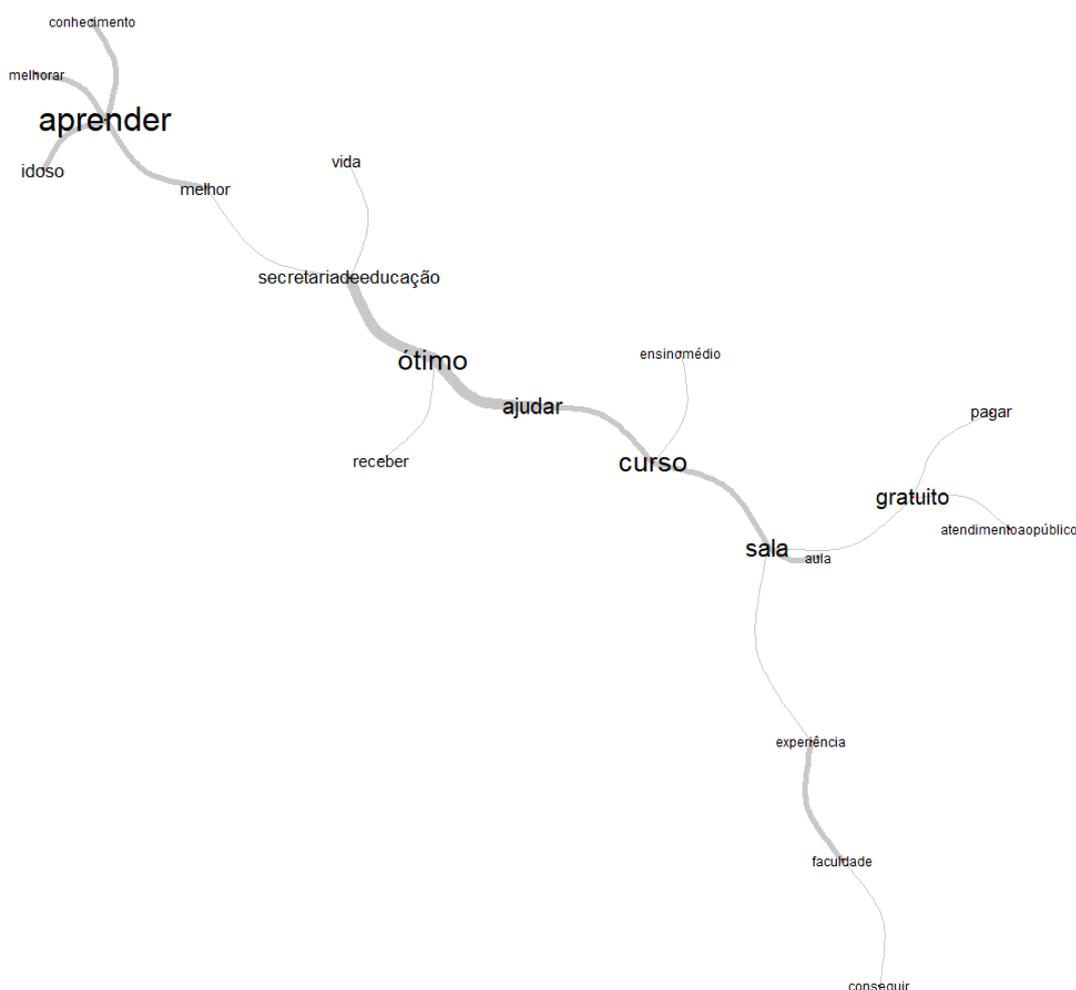


Figura 2: Árvore de análise de similitude

a 3) obtidas por meio das entrevistas das egressas, aferindo-se que as palavras mais evocadas foram: “aprender”, “ótimo”, “curso”, “idoso”, “ajudar” e “gratuito”, mostrando

que para as entrevistadas a gratuidade do curso foi um fator importante para sua participação, avaliam positivamente sua experiência no curso, quanto a ajudar podemos compreender de duas formas: o curso as ajudou de algum modo ou que, após o curso, elas podem ajudar os idosos com quem elas trabalham.

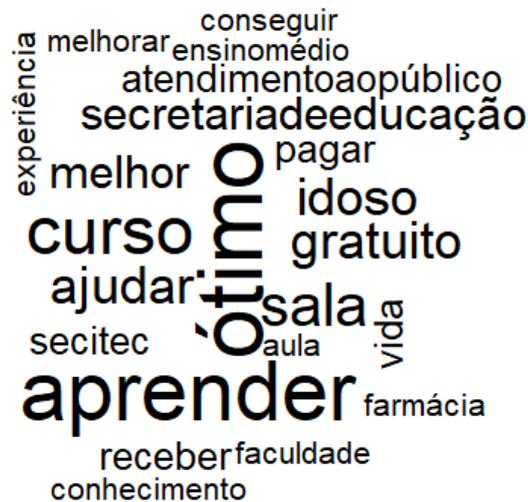


Figura 3: Nuvem de Palavras das entrevistas com as egressas

A equipe multidisciplinar analisada tem o seguinte perfil, são mulheres (100%), entre 45 e 54 anos (80%), pardas (60%), 40% casadas e 40% separadas ou divorciadas, com origem no sul do país (60%), de zona urbana (80%), 100% cristãs, sendo 60% evangélicas e 40% católicas, contratadas via Pronatec, ou seja, não eram servidoras do IFMT (80%). Todas afirmaram que o Mapa da Vida foi aplicado, 50% afirma ter sido aplicado uma vez e 50% ter ocorrido duas aplicações, porém a maioria não analisou (80%), o GMSAPE recomenda que, pelo menos, a psicóloga analise os mapas e assim foi feito, a psicóloga produziu relatório com recomendações a cada uma das mulheres.

A maioria não sabe se ocorre ou como ocorre acompanhamento das egressas, entretanto, esse era um dado já esperado considerando que quase todas as integrantes da equipe não eram e não são servidoras do IFMT, contudo, conforme relatado em entrevista o acompanhamento das egressas ocorre por grupo na rede

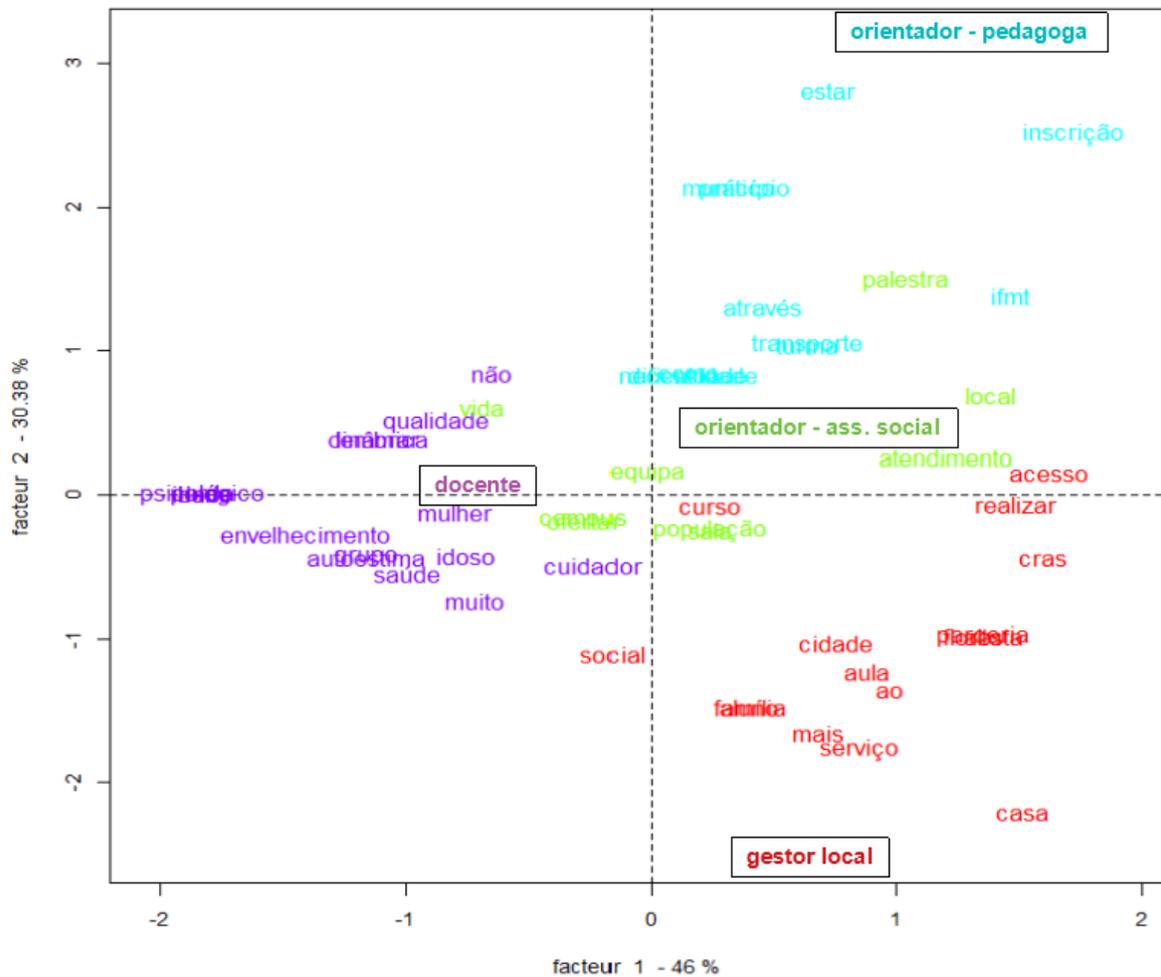
social *whatsapp* denominado de “Cuidador de Idosos ALF” com plano de capacitar as egressas para criação de uma cooperativa ou associação de Cuidadores de Idosos.

O último item do GMSAPE, o Plano de Comunicação, foi o único que não teve planejamento, pelo menos 80% dizem não saber se foi feito e 20% diz não ter sido planejado, todavia, a equipe afirma que muitas coisas aconteceram mesmo sem planejar, são elas: integração das mulheres no processo comunicativo (100%), materiais gráficos (75%), parcerias (75%), informações (50%), assessoria de imprensa (50%), eventos (50%), registros fotográficos, áudio e audiovisual (50%), redes sociais (50%). Afirmam também que há um acervo do curso no campus contendo: diários de turma, ficha de avaliação individual, ficha de avaliação coletiva, ementa de curso, matriz curricular, projeto pedagógico de curso e apostilas (100%) e 50% afirma também fazer parte do acervo livros didáticos, revistas, vídeos, filmes, pesquisas, relatos de experiências e artigos. Os itens listados por todas são facilmente localizados com o registro escolar e assistência estudantil do campus e o artigo com a equipe mais antiga do campus, os demais itens não foram localizados, a não ser referências bibliográficas e links de materiais utilizados por docentes do curso.

Na análise textual das entrevistas com a equipe, o corpus geral foi constituído por 05 (cinco) textos, separados em 131 segmentos de texto (ST). Emergiram 1.141 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos) sendo 528 palavras distintas e 348 palavras com uma única ocorrência. A categorização do conteúdo em classes não foi possível no Iramuteq, assim como na análise das respostas das egressas, provavelmente pelas respostas serem muito diferentes, impossibilitando o processo de hierarquização descendente pois o aproveitamento mínimo requerido de segmentos de textos para esta análise é de 70%.

Na análise de especificidades e fatorial confirmatória foi possível confirmar que os dados são bem diversos mas não impediu este tipo de análise, a figura 4 mostra as palavras mais usadas nas entrevistas organizadas por função na equipe. Interessante verificar que as palavras “equipe”, “cuidador” e “curso” apesar de estarem associadas a profissionais com funções distintas, são as que estão mais centrais, ou seja, também foram citadas, portanto fazem sentido para os demais profissionais denotando complementariedade entre integrantes da equipe.

Figura 4: Plano fatorial de palavras por função na equipe

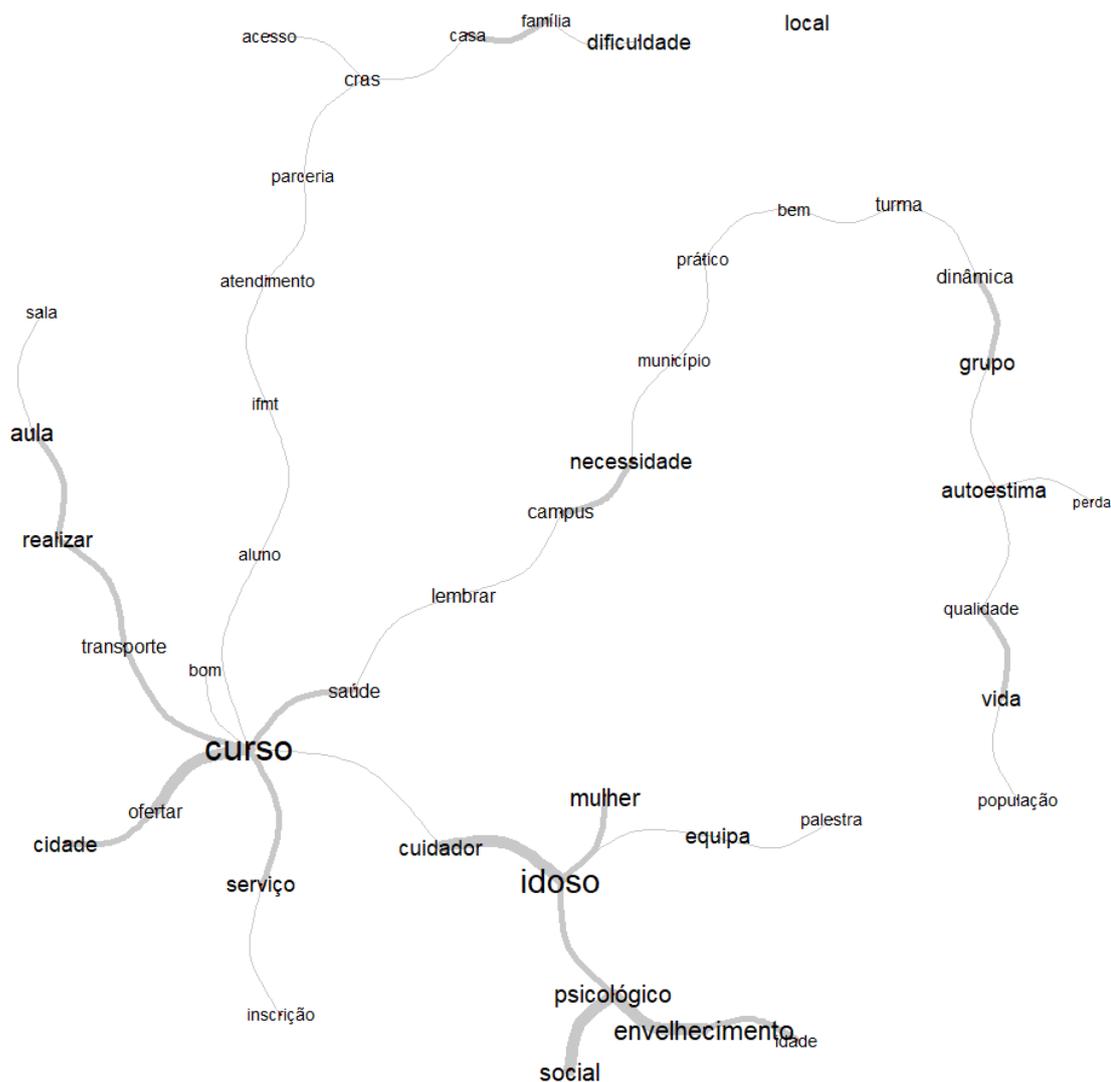


Pela análise com base na teoria dos grafos (similitude), ficou perceptível, conforme figura 5, o destaque do termo “curso” ligado as expressões “serviço”, “saúde”, “ofertar” e “transporte”, bem como do termo “idoso” ligado as expressões “cuidador”, “mulher”, “psicológico” e “equipa”.

É possível compreender, remetendo aos momentos de entrevista e experiência na cidade, que, como Alta Floresta não possui transporte público disponível para ida e volta diversas vezes em um mesmo dia como ocorre em uma capital, é preciso analisar a necessidade, assim como a possibilidade, de contratação de transporte alternativo para se ofertar o curso, naquele período o processo foi facilitado pois o curso aconteceu na região central da cidade, próxima da maioria das participantes. Ainda, as

ligações da palavra “idoso” permitem inferir uma preocupação da equipe com a mulher que cuidará de idoso e o estado psicológico seja da cuidadora, do idoso ou de ambos.

Figura 5: Árvore de similitude equipe multidisciplinar



Em seguida, foi analisada a nuvem de palavras (Figura 6) obtidas por meio dos discursos das participantes, notou-se que as palavras mais evocadas foram: “curso”, “idoso”, “envelhecimento”, “mulher”, “cuidador” e “psicológico”. As palavras evocadas resumem as maiores preocupações da equipe multidisciplinar durante o curso, preparar (técnica e psicológica) as mulheres para cuidarem de idosos, lidando com as fases de

associativismo, recomenda-se despende mais esforços no atendimento as mulheres que estão trabalhando porém com renda abaixo de 01 (um) salário mínimo e as que não estão trabalhando.

Conclusão

No conjunto das análises, o comportamento dos dados demonstra que as variáveis mais indicadas para acompanhamento / monitoramento de mulheres em vulnerabilidade social, público-alvo do trabalho de inclusão socioprofissional, são: escolaridade e geração de renda, especificados nos itens 15 a 34 e 57 da tabela 1, entretanto, seu uso não deve se restringir apenas ao acompanhamento / monitoramento do programa mas também na promoção do acesso. Para o acompanhamento / monitoramento de atividades (cursos, projetos e programas) que objetivam a inclusão socioprofissional de mulheres em vulnerabilidade social, com vistas ao desenvolvimento local, faz-se necessário também utilizar as variáveis de escolaridade e geração de renda e, ainda, ampliar o escopo de variáveis incluindo variáveis territoriais, no rol do que Jannuzzi¹⁷ (2017) chama de indicadores de processo. É necessário, por meio das variáveis, tanto no acompanhamento das mulheres quanto das atividades, sempre identificar a realidade antes da intervenção pública e como se desenvolvem ao longo do tempo.

Para acompanhar as variáveis territoriais, considerando as três densidades indicadas por Milton Santos¹⁵ (2002), recomenda-se, antes de tudo, a realização do *mapeamento de potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural do local*, conforme recomenda o inciso IV, artigo 6º da Lei de Criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a qual o IFMT faz parte, sem identificar o que existe nas densidades técnica, comunicacional e informacional não é possível mensurar com precisão e exatidão a contribuição das atividades de inclusão socioprofissional para o desenvolvimento local. O mapeamento referido não foi encontrado na instituição.

Considerando o conceito de gênero de Kuchermann, Bandeira e Almeida¹⁰ (2015), pode-se afirmar que o programa cumpriu o seu objetivo de atender às

mulheres, entretanto, as mulheres atendidas não se enquadravam no conceito de vulnerabilidade social de Kaztman¹³ (1999), a maioria das mulheres atendidas são servidoras municipais com ensino médio completo, ou seja, a escolaridade e a renda delas estão fora dos critérios considerados de pobreza e vulnerabilidade. E ainda pode-se afirmar que não foram utilizados critérios territoriais de Milton Santos¹⁵ (2002), a maior parte das mulheres moram em locais onde não há Centro de Referência em Assistência Social – CRAS, política pública localizada em regiões de vulnerabilidade social. O comportamento dos dados demonstra apropriação equivocada da política pública pelo município, aproveitaram a oportunidade para qualificar servidoras da prefeitura, bem como a alteração da realidade educacional de parte das entrevistadas e manutenção da realidade profissional e econômica delas, bem como o cumprimento de parte da metodologia do programa, ficando comprometido o acesso e o êxito.

A luz do GMSAPE, quando houve transição da fase de Programa Nacional instituído por portaria para a fase em que o programa se tornou Modalidade de Demanda Pronatec Mulheres Mil, houve perda metodológica resultando em seleção e matrícula de muitas mulheres servidoras municipais. Na fase de Programa Nacional, os IFs faziam toda a parte do acesso, selecionavam cada uma das mulheres participantes, na fase seguinte toda a parte do acesso passou a ser função do CRAS, ficando aos IFs a responsabilidade de ofertar o curso. A não mudança da realidade profissional e econômica das mulheres atendidas, mas principalmente o fato de não se ter atendido mulheres em vulnerabilidade social, conforme demonstrado na tabela 1, aponta para a necessidade de se utilizar indicadores sociais não apenas para aferir resultados mas também para selecionar as mulheres para o programa, independente de a seleção ser pelo CRAS ou pelo IFMT.

Referências bibliográficas

¹ MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Mulheres Mil: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável**: Cooperação Brasil-Canadá. Disponível em: <http://mulheresmil.mec.gov.br/cooperacao-brasil-canada>. Consulta em 30 mar. 2018.

² BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**: Institui a Rede federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de

Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Consulta em: 30 nov. 2017.

³ CONIF. Fórum de Pró-reitores de Extensão e Cargos Equivalentes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Extensão Tecnológica: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Disponível em: http://www.ifsc.edu.br/arquivos/extensao/extensao_tecnologica_conif.pdf. Consulta em: 02 dez. 2017.

⁴ MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Portaria nº 1.015 de 21 de julho de 2011**: Institui o Programa Nacional Mulheres Mil. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8589-portaria1015-220711-pmm-pdf&category_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192. Consulta em: 20 nov. 2017.

⁵ MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Programa Mulheres Mil: Apresentação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil>. Consulta em 30 nov. 2017.

⁶ MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Pronatec Mulheres Mil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil/pronatec-mulheres-mil>. Consulta em 30 mar. 2018.

⁷ Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF. **GT estuda processo de institucionalização do Mulheres Mil na Rede Federal**. Disponível em: <http://portal.conif.org.br/br/component/content/article/84-ultimas-noticias/1562-gt-estuda-processo-de-institucionalizacao-do-mulheres-mil-na-rede-federal?Itemid=609>. Consulta em 30 mar. 2018.

⁸ MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11834-guia-metodologico-setec-pdf&category_slug=outubro-2012-pdf&Itemid=30192. Consulta em 30 nov. 2017.

⁹ CONIF. Fórum de Pró-reitores de Extensão e Cargos Equivalentes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Contribuições para a política de extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Disponível em: <http://portal1.iff.edu.br/extensao-e-cultura/arquivo/2016/xiii-forproext-contribuicoes-para-a-politica-de-extensao-da-rede-federal-de-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica-2015.pdf>. Consulta em: 02 dez. 2017.

¹⁰KÜCHERMANN, Berlindes Astrid. BANDEIRA, Lourdes Maria. ALMEIDA, Tânia Mara Campos. **A categoria de gênero nas ciências sociais e sua interdisciplinaridade**. CEAM-UnB, 2015. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/14758/10603>. Consulta em: 30 nov. 2017.

- ¹¹ VIANNA, Claudia. UNBEHAUM, Sandra. O longo processo de inserção do gênero nas políticas educacionais. In: CARREIRA, Denise et. al. **Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais**. São Paulo: Ação Educativa, Cladem, Ecos, Geledés, Fundação Carlos Chagas. 2016. Disponível em: http://generoeducacao.org.br/wp-content/uploads/2016/12/generoeducacao_site_completo.pdf. Consulta em: 30 nov. 2017.
- ¹² BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001: Luta contra a pobreza, versão resumida**. Washington: D.C., 2003. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/927161468164645652/pdf/226840PORTUGUE1za20001200101PUBLIC1.pdf>. Consulta em: 30 nov. 2017.
- ¹³ KAZTMAN, Ruben. **Notas sobre la medicion de la vulnerabilidad social**. CEPAL, 1999. Disponível em: <https://www.cepal.org/deype/mecovi/docs/taller5/24.pdf>. Consulta em: 30 nov. 2017.
- ¹⁴ KAZTMAN, Ruben. **Marco Conceptual sobre Activos, Vulnerabilidad y Estructura de Oportunidades**. CEPAL, 1999. Disponível em: <https://www.cepal.org/publicaciones/xml/6/10816/LC-R176.pdf>. Consulta em 30 nov. 2017.
- ¹⁵ SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**, 7ª Ed. EDUSP, 2005.
- ¹⁶ Organização das Nações Unidas – ONU. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Consulta em 02 nov. 2017.
- ¹⁷ JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. p. 28-41. 6ª Ed. Campinas: Alínea, 2017.
- ¹⁸ BRASIL. **Guia Pronatec de Cursos FIC – 3ª edição**. Disponível em: <http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/290/Guia%20Pronatec%20de%20Cursos%20FIC.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Consulta em 12 mai 2018.

Elenice dos Reis Santos

Formada em Farmácia pela Universidade de Cuiabá, foi responsável pela Gerência da Ativa Incubadora de Empresas do IFMT de 2015 a 2017, Gestora Institucional do Programa Mulheres Mil no IFMT com vistas a adaptação entre Mulheres Mil e Bolsa Formação do PRONATEC desde 2013, tem atuado desde 2010 na Pró-reitoria de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT estimulando e acompanhando ações de extensão como: projetos de extensão, desportos, arte e cultura, estágios, egressos, empreendedorismo, formação inicial e continuada, eventos de extensão, projetos especiais do MEC.

Graduada em Farmácia (2011). Assistente em Administração na Pró-reitoria de Extensão do IFMT.

C

o

n

t

a

t

o